



## PODER

# Freio na ofensiva pelo impeachment de Moraes

Presidente do Congresso, Alcolumbre frustra oposição ao descartar a possibilidade de pautar processo para destituir o ministro

» ISRAEL MEDEIROS  
» DANANDRA ROCHA  
» WAL LIMA

Depois de dias intensos de negociação e pressão a senadores, a oposição ao governo Lula conseguiu, ontem, bater o número mínimo de 41 assinaturas para apresentar um pedido de impeachment do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF). A última adesão foi do senador Laércio Oliveira (PP-SE), confirmada pela manhã. Logo em seguida, os parlamentares protocolaram o pedido e comemoraram o feito como se fosse uma vitória. O senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), filho do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), falou em “momento histórico”.

A iniciativa, no entanto, já nasceu morta. Segundo apurou o **Correio**, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), deixou claro à oposição que não vai pautar o impeachment de um ministro do STF independentemente do número de assinaturas. “Podem ser 20, 40, 80”, disse o presidente do Congresso Nacional. A fala ocorreu em uma reunião de líderes na quarta-feira, antes mesmo de o pedido atingir as 41 assinaturas necessárias.

Aos senadores presentes à reunião, Alcolumbre foi enfático ao dizer que não se trata de números, mas de uma questão jurídica. Também deixou claro que a decisão de pautar ou não o impeachment é do presidente do Senado e de mais ninguém. Ele se comprometeu, no entanto, a analisar novos pedidos de impeachment de ministros com a responsabilidade que o tema exige.

Embora o recado do presidente do Senado tenha se dado ainda na quarta-feira, foi só depois de uma oposição protocolar o impeachment que a informação começou a circular nos bastidores da Casa, como uma espécie de lembrete, depois de dois dias de desafio à sua autoridade por parte de senadores bolsonaristas que impediram a realização de sessões no plenário.

Em nota publicada ainda na quarta-feira, Alcolumbre havia se posicionado sobre a postura dos senadores, quando determinou a realização de sessão do plenário no dia seguinte. “Não aceitarei intimidações nem tentativas de constrangimento à Presidência do Senado”, frisou, enfatizando que o Parlamento não seria “refém” de ações que “visem desestabilizar seu funcionamento”.

Ontem o líder da oposição no Senado, Rogério Marinho (PL-RN), negou que haja ganhadores ou perdedores no acordo que selou o reinício dos trabalhos, mas abandonou a postura de cobrança a Alcolumbre, que havia adotado nos dias anteriores.

“Estamos desobstruindo aqui, colocando nossa posição de participar dos debates. A oposição vai participar dos debates que ocorrerão normalmente nas pautas que interessam a Brasil, e o que nós esperamos é que, a partir de agora, nós possamos, de fato, representando o povo brasileiro, discutir e trabalhar as pautas que interessam a todos, independentemente de questão ideológica ou de quem quer que seja”, pontuou Marinho, ao lado de outros senadores de oposição, como Magno Malta (PL-ES), que se acorrentou no plenário, na quarta, e disse que só deixaria o local “morto”.

### Pedido de desculpas

Um movimento parecido se viu na Câmara, onde o líder do PL, Sóstenes Cavalcante (RJ), veio a público pedir desculpas ao presidente da Casa, Hugo Motta (Republicanos-PB), por sua atuação nos bastidores durante a ocupação do plenário. Sóstenes tem sido uma das principais vozes pró-anistia na Câmara e passou a cobrar enfaticamente um posicionamento de Motta no início do ano.

Na noite anterior, mesmo depois de ter fechado um acordo com a oposição para desobstruir o plenário e não precisar recorrer à tropa de policiais posicionada no Salão Verde, Motta foi impedido

Jefferson Rudy/Agência Senado



Alcolumbre disse para a oposição que não vai pautar processo de impeachment contra ministros do STF: “Podem ser 20, 40, 80 (assinaturas no pedido)”



**Não fui correto com Vossa Excelência e te peço perdão. Não fui correto no privado, mas faço questão de pedir perdão em público”**

**Sóstenes Cavalcante (PL-RJ), deputado**

fisicamente por um grupo de deputados — incluindo líderes partidários — de se sentar na cadeira que conquistou por meio do voto dos parlamentares. Sóstenes era um dos deputados no local, embora não tenha impedido a passagem de Motta. Ele chegou a se envolver em discussões acaloradas no plenário.

Nesta quinta-feira, baixou o tom e pediu desculpas. “Quero agradecer a Vossa Excelência, que, inclusive comigo, foi muito paciente. Eu não gosto de fazer coisas, apesar de que não fiz isso em

público, não te expus publicamente. Mas, ontem, com o acirrar dos ânimos, não fui correto com Vossa Excelência e te peço perdão. Não fui correto no privado, mas faço questão de pedir perdão em público”, afirmou Sóstenes durante sessão no plenário.

Ele disse, porém, que não houve nenhum compromisso por parte de Motta sobre as pautas que a oposição colocou à mesa como condição para desobstruir o plenário: anistia aos golpistas do 8 de Janeiro, impeachment de Alexandre de Moraes (esta é competência

privativa do Senado, não é analisada na Câmara) e fim do foro privilegiado. “Nós, que representamos a maioria desta Casa, vamos, sim, pautar o fim do foro privilegiado e a anistia (...) Quem define a pauta são os líderes, não o presidente da Câmara”, frisou.

Os líderes, entretanto, já se manifestaram ao longo do semestre no sentido contrário ao de pautar a anistia. Por isso, apesar de a maioria dos deputados ter assinado um requerimento para que o tema fosse discutido, o assunto não avançou.

# Governistas avançam contra bolsonaristas por motim

Deputados da base governista na Câmara dos Deputados decidiram, ontem, acionar a Mesa Diretora da Casa contra cinco parlamentares bolsonaristas que participaram da **ocupação** da cadeira do presidente Hugo Motta (Republicanos-PB). É atribuída suposta quebra de decoro parlamentar aos deputados: Júlia Zanatta (PL-SC), Marcel van Hattem (PL-RS), Marcos Pollon (PL-MS), Paulo Bilynskiy (PL-SP) e Zé Trovão (PL-SC). O pedido é pela suspensão sumária do mandato dos deputados, cautelarmente, por seis meses.

Os pedidos são subscritos por PT, PSB e PSol, representados pelos respectivos líderes: Lindbergh Farias (RJ), Pedro Campos (PE) e Talíria Petrone (RJ). A ação é paralela à que deve ser anunciada pela Mesa Diretora da Câmara, que estuda as imagens da retomada da cadeira de Motta para apresentar as possíveis representações contra os deputados.

Marcos Pollon é o deputado que estava sentado na cadeira de Motta quando o presidente da Câmara entrou no plenário na noite de quarta-feira para retomar o controle da Mesa, que estava tomada por deputados da

### Revezamento

Durante o período em que travaram os trabalhos da Casa, os parlamentares se revezaram para ocupar as Mesas Diretores, protestaram com esparadrapo na boca e se acorrentaram à mesa. Motta só recuperou a Mesa Diretora da Câmara na noite de quarta-feira, após dois dias de obstrução, sem acordo para a votação dos temas.

oposição. Já Van Hattem estava na cadeira ao lado. Ambos resistiram para levantar dos lugares que ocupavam.

Já a deputada Bia Kicis (PL-DF) classificou a ocupação da Mesa Diretora como uma “ferramenta legítima” do Parlamento. “Nós, da oposição, estamos aqui neste Congresso — na Câmara, no Senado —, nas ruas com vocês, e nas redes com vocês”, afirmou, dirigindo-se aos seus eleitores.

Júlia Zanatta também ocupou a cadeira de Motta, inclusive embalando a filha de quatro meses no

Ed Alves/CB/D.A Press



Segundo os governistas, a ação dos bolsonaristas “cerceou o direito de voz de outros parlamentares”

assento. Já Zé Trovão obstruía a escada que leva à Mesa da Câmara quando o presidente da Casa tentou passar para o local.

Nas representações, os governistas argumentam que a ação dos bolsonaristas “cerceou o direito de voz de outros parlamentares e interrompeu o funcionamento constitucional da Casa”.

“O episódio configura uma

tentativa de subversão da ordem institucional, com grave violação da separação de Poderes e dos princípios democráticos que sustentam o sistema representativo”, ressaltam os deputados. “O uso da força física por parte de membros do Parlamento para usurpar funções da Mesa é um precedente extremamente perigoso e inaceitável no Estado Democrático de Direito, razão pela qual deve ser

rechaçado com o rigor das normas éticas e regimentais.”

O deputado Lindbergh Farias chamou de “motim” e “sequestro” a ocupação da Mesa da Câmara. Ele denunciou o que considerou uma manobra explícita para chantagem o Parlamento, exigindo a votação da anistia aos golpistas do 8 de Janeiro. “A mensagem era clara: ou votam a anistia, ou não tem

mais votação”, criticou.

Lindbergh também apontou o envolvimento direto do deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP) na pressão exercida sobre o Congresso, mencionando uma entrevista em que o filho do ex-presidente admitiu articulações internacionais por sanções contra o Brasil.

“Voltaram a ameaçar o presidente Hugo Motta e o presidente Davi Alcolumbre. Dizem que, se não votar a anistia, vai ter Lei Magnitsky contra eles”, afirmou Lindbergh, ao destacar que o grupo bolsonarista atua como um braço desestabilizador do país, sem qualquer preocupação com os problemas reais da população.

No mesmo tom, a deputada Erika Kokay (PT-DF) alertou para o risco de normalizar práticas autoritárias sob o pretexto de obstrução regimental. Ela comparou a paralisação dos trabalhos dos últimos dias a uma “repaginação” do 8 de Janeiro, ressaltando que a ocupação da Mesa foi usada para blindar criminosos e forçar o Legislativo à concessão de impunidade. “Ato criminoso não podem ficar impunes. O que vimos aqui foi absolutamente inadmissível”, disse. (Agência Estado, Danandra Rocha e Wal Lima)